



PARECER Nº 076/2020 – COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº CM 097/2019

1. Relatório

Trata-se de projeto de lei de autoria do Exmo. Vereador César Tarzan, que “altera a Lei 6.158/05, que dispõe sobre a abertura e fechamento de valas nos logradouros públicos do Município de Divinópolis”.

Em resumo, o projeto propõe alterar a redação do inciso I, do §2º, do art. 1º, da Lei Municipal nº 6.158/05 para tornar obrigatório às empreiteiras e concessionárias de serviços públicos que exerçam suas atividades no Município a inclusão nas placas a serem fixadas no local de execução das obras de informações sobre o prazo de reparo, composição e recomposição das valas abertas nos logradouros públicos.

Em sua justificativa, o autor da proposta argumenta que o projeto apresentado busca atender aos anseios de toda a coletividade e garantir maior capacidade de fiscalização de obras e serviços realizados no Município.

Em face do exposto, passa-se à análise da matéria sujeita à apreciação pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso I, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 392 de 23 de dezembro de 2008).

2. Fundamentos

Após a análise do projeto sob apreciação, com a finalidade de realizar verificação preliminar acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposta, foi possível chegar às seguintes constatações.

2.1 Do exame quanto à competência legislativa

Sob o aspecto da competência do Legislativo Municipal, não foi verificada a existência de óbice ao trâmite da matéria, eis que plenamente adequada às normas constitucionais de



fixação das competências legislativas.

Em se tratando do estabelecimento de instrumentos que visam assegurar a participação da população na fiscalização de obras e serviços prestados no âmbito do Município a matéria se enquadra na condição de assunto de interesse local, portanto de competência dos Municípios, na forma do art. 30, I, da Constituição Federal. A competência municipal para disciplinamento da matéria encartada no projeto de lei em análise ainda encontra amparo no disposto no art. 11, V e XXII, da Lei Orgânica do Município.

2.2 Da iniciativa

Verifica-se que o projeto de lei ordinária em questão pode ser proposto qualquer Vereador, nos termos do art. 48 da Lei Orgânica Municipal, além de que a matéria em debate não encontra-se encetada entre as hipóteses de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal a que faz referência o §3º, do art. 48, da Lei Orgânica Municipal. Há, portanto, perfeita adequação do projeto, sob o aspecto da iniciativa.

2.3 Da constitucionalidade

A Constituição Federal de 1988 é clara ao dispor em seu art. 30, I, que é de competência dos Municípios o disciplinamento de assuntos de interesse local, enquadrando-se o estabelecimento de instrumentos que visam assegurar a participação da população na fiscalização de obras e serviços prestados no âmbito do Município nessa natureza de assuntos.

Não se visualiza, na presente análise, confronto entre as disposições constitucionais e as disposições contidas no projeto ora apresentado, devendo o mesmo, *s.m.j.*, ser considerado constitucional.

2.4 Legalidade

Quanto à legalidade da matéria, faz-se necessária a análise do projeto sob o aspecto da competência de iniciativa, de sua adequação aos normativos, bem como de sua conformação com o texto constitucional, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

A matéria tratada no projeto sob análise é dotada de ineditismo, não sendo constatadas na pesquisa realizada sua identidade ou semelhança com outra matéria em tramitação, nem



mesmo qualquer causa que possa conduzir à sua prejudicialidade.

A proposição apresentada cinge-se a estabelecer instrumentos que permitam à população acompanhar e fiscalizar o status de obras e serviços realizados por empreiteiras e concessionárias de serviços no Município de Divinópolis, sobretudo o seu prazo de conclusão, cumprindo um dever do ente municipal consubstanciado no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, que é o de dar publicidade às ações, projetos e programas de governo.

Após análise detalhada pode-se concluir que o projeto de lei apresentado encontra-se adequado ao atendimento ao interesse público e satisfaz as exigências formais da Lei Orgânica Municipal.

Nesse sentido, pelas razões expostas e atendidos os requisitos necessários inexistem óbices de natureza legal que possam impedir a aprovação do projeto de lei apresentado.

2.5 Técnica legislativa

Nesse aspecto, o projeto em análise encontra-se redigido com clareza e observância da técnica legislativa adequada, atendendo, portanto, às exigências e condições de tramitabilidade e legalidade do art. 154, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

3. Conclusão

Feitas as considerações, é o presente parecer pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E JURIDICIDADE** do Projeto de Lei nº CM 097/2019.

Divinópolis, 20 de fevereiro de 2020.

Eduardo Print Júnior

Vereador Presidente e Relator
da Comissão de Justiça,
Legislação e Redação da
Câmara Municipal de Divinópolis

Dr. Delano Santiago

Vereador Secretário da
Comissão de Justiça, Legislação
e Redação da Câmara Municipal
de Divinópolis

César Tarzan

Vereador Membro da Comissão
de Justiça, Legislação e
Redação da Câmara Municipal
de Divinópolis

Bruno Cunha Gontijo



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Procurador do Legislativo Municipal

PLCM 097/2019